

DO HOMEM AO TRABALHADOR: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA DO TRABALHADOR

DE HOMBRE A TRABAJADOR: IMPLICACIONES PARA LA FORMACIÓN HUMANA DE LOS TRABAJADORES

FROM MAN TO WORKER: IMPLICATIONS FOR HUMAN FORMATION OF WORKERS

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.39195>

Jennifer Aline Zanela¹

Caroline Correia Maciel²

José Milton de Lima³

Margarita Victoria Rodriguez⁴

Ângela Celeste Barreto de Azevedo⁵

André Malin⁶

Resumo: o texto busca identificar na obra de Friedrich Engels a compreensão sobre a formação humana à luz do curso do desenvolvimento da humanidade, na estreita e singular relação do indivíduo com a natureza. Defendemos a compreensão de formação humana enquanto um processo histórico, social e político vinculado às diversas relações na forma como indivíduos produzem e reproduzem a sua existência. Identifica-se na literatura que o tema da formação humana tem sido explorado por diferentes áreas do conhecimento, contudo, por vezes reduzida como sinônimo de educação e ensino. Apresentamos, ao final do artigo, uma possibilidade de formação humana vinculada às organizações da classe trabalhadora a partir do sindicalismo.

Palavras-chave: Formação Humana; Trabalho; Sindicalismo;

Resumen: El texto busca identificar en la obra de Friedrich Engels la comprensión de la formación humana a la luz del curso del desarrollo humano, en la estrecha y singular relación del individuo con la naturaleza. Defendemos la comprensión de la formación humana como un proceso histórico, social y político vinculado a las diversas relaciones en la forma en que los individuos producen y reproducen su existencia. Se identifica en la literatura que el tema de la formación humana ha sido explorado por diferentes áreas del conocimiento, sin embargo, en ocasiones reducido como sinónimo de educación y docencia. Presentamos, al final del artículo, una posibilidad de formación humana vinculada a las organizaciones de la clase obrera basadas en el sindicalismo.

Palabras clave: Formación humana; Trabajo; Sindicalismo;

Abstract: the text seeks to identify in the work of Friedrich Engels the understanding of human formation in the light of the course of human development, in the individual's close and singular relationship with nature. We defend the understanding of human formation as a historical, social and political process linked to the diverse relationships in the way individuals produce and reproduce their existence. It is identified in the literature that the theme of human formation has been explored by different areas of knowledge, however, sometimes reduced as a synonym for education and teaching. We present, at the end of the article, a possibility of human formation linked to the organizations of the working class based on trade unionism.

Keywords: Human Formation; Work; Trade unionism;

Introdução

A humanidade vive hoje um momento de acirramento da luta de classes e de precarização das condições de vida ocasionadas por crises cíclicas (MANDEL, 1990) e/ou estruturais (MÉSZÁROS, 2002) do capitalismo, bem como pelo avanço do conservadorismo e da ascensão da extrema direita nos espaços políticos e sociais. (ALMEIDA, 2019; NETO, 2019). Tal movimento no capitalismo, na atualidade, implica também em refletir sobre processos estruturais da formação humana decorrente desse movimento. Uma possibilidade de reflexão trata da compreensão de autores fulcrais para desvendar análises de como atua o capitalismo no sentido da formação humana.

Dado esse contexto, buscamos recuperar os estudos de Friedrich Engels para avançarmos na compreensão do processo de formação do ser humano, isto é, o que é que *nos humaniza* e como se dá a formação do homem trabalhador? O presente artigo busca refletir sobre essa discussão a partir das produções de Friedrich Engels e lançar luz às possibilidades de transformação da dinâmica atual no processo de reprodução da vida humana a partir da organização da classe trabalhadora.

Em uma primeira revisão exploratória da literatura que busca em Marx e Engels ou, especificamente, em Engels, a questão da formação humana, nos deparamos com algumas características importantes de serem apontadas:

- Predominância severa de ideias de Marx, com o devido aprofundamento, mas sem uma maior identificação com Engels (SAVIANI e DUARTE, 2010; MANACORDA, 2007) ou então Engels é citado por ser co-autor de Marx em alguma obra, sem profundidade na sua contribuição à obra citada.

- Utilização de obras compiladas;

Apesar disso, foram encontrados textos que buscam dialogar com Marx e Engels vis-à-vis o reconhecimento e a necessidade de compreensão aprofundada na produção dos autores (LOMBARDI, 2011).

Em que pese o esforço realizado por esses diferentes autores citados, há certo consenso na literatura de que não há na obra de Marx e de Engels uma sistematização sobre Educação e, conseqüentemente, sobre Ensino. Isso não impediu a tentativa de reunir escritos sobre o assunto traduzidos e fartamente utilizados nas últimas décadas (MARX e ENGELS, 2006) ou de pensar tais assuntos (LOMBARDI, 2011).

Ao verificar as produções que tratam da questão da formação humana de forma genérica, identificamos que há uma relação diretamente estabelecida entre a formação humana e educação ou ensino de uma área específica (SAVIANI & DUARTE, 2010; TONET, 2006; SEVERINO, 2006; MOGILKA, 1999; FISCHER & FRANZOI, 2009; TOZONI-REIS & CAMPOS, 2014). Nesse sentido, o presente artigo traz a seguinte questão de investigação: verificar a concepção/perspectiva de formação humana contida nos textos de Friedrich Engels, no sentido de compreender o processo de formação do indivíduo ao trabalhador, perpassando pelo curso do desenvolvimento histórico-social da humanidade e desdobrando na relação entre o trabalhador e as propostas de organização da classe trabalhadora através do sindicalismo.

A formação humana, entretanto, não está subsumida à questão da Educação e/ou do Ensino. Ao contrário, tais questões são atravessadas pela formação humana, aqui compreendida como uma contraditória possibilidade parcial dada às características do capitalismo. Ou seja, em uma sociedade capitalista uma

verdadeira e total formação humana não é possível pelas suas particularidades intrínsecas. Em uma sociedade comunista, entretanto, supõe-se que as condições de formação humana poderão estar disponíveis a todos.

Cabe considerar relevante para a sociedade compreender tal concepção e perspectiva, pois em tempos atuais de ascensão no mundo de perspectivas de extrema-direita (SANAHUJA, 2019) com caráter fascista (NETO, 2019), a crítica de Engels ao modo de produção capitalista e ao conjunto axiológico derivado desse modo de produção pode realinhar o movimento de combate necessário.

Para efeito de exposição do artigo em tela, foram apresentados em forma analítica tópicos para compor a perspectiva de formação humana de Engels. Nesse sentido, no arcabouço da estrutura formal do texto, a periodização histórica (materialismo histórico) engelsiana foi adotada, tendo recorrência de Marx no campo de análise de alguns conceitos da economia política, especialmente na transição para a forma capitalista. À frente, seguem os quatro tópicos que servirão de base para o desenvolvimento do trabalho.

- 1- A concepção de ser humano na lógica dialética;
- 2- Do homem ao trabalhador, no processo de formação humana;
- 3- O trabalhador assalariado e suas condições materiais na sociedade capitalista;
- 4- O movimento de organização da classe trabalhadora na sociedade capitalista;

Para a construção do tópico um utilizamos duas obras, em especial, a obra de Engels (1979) denominada *A Dialética da Natureza* e na crítica à Feuerbach elaborada por Marx e Engels (1998, 2007) inserida na obra *A Ideologia Alemã*. Para o tópico dois, a referência central foi Engels (1984) em *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. No tópico três incorporamos as contribuições de Marx (2013) em *O Capital* para compreender o capitalismo do ponto de vista da economia política e a obra de Engels (1975, 2010) no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* que será referência também para a organização do tópico quatro. Dessa forma, em busca do movimento real da humanidade e dos fenômenos, buscamos nos debruçar no primeiro tópico a discussão sobre a dialética para a formação da natureza e do próprio indivíduo, bem como os processos de humanização do ser humano no decorrer da história de constituição do animal em homem, discutindo as diferenças na relação com a natureza instaurada na organização humana.

Concepção de ser humano na lógica dialética

O debate sobre o animal *versus* homem não é recente. Engels debruça-se sobre essa discussão, não exclusivamente, mas, busca elaborar respostas que nos auxiliam a olhar para o curso de desenvolvimento da humanidade sobre a lógica marxista. Desse modo, Engels (1952) analisa a natureza e os demais animais refletindo sobre o papel específico de uma atividade humana que possibilitou a transformação do macaco em homem. Segundo o autor, não se trata de uma modificação orgânica ou anatômica somente, no entanto, reside no trabalho o processo de transformação do *animal em homem*. O indivíduo, além disso, não se adaptou à realidade, isso significa que o ser humano foi o único a conseguir viver sobre toda a superfície habitável da Terra de forma intencional, produzindo as condições necessárias para a sobrevivência, como a criação

de meios para enfrentamento da temperatura climática, a partir da construção de habitações, confecção de roupas para cobrir-lhe o corpo e a garantia que o trabalho possibilitou ao processo de formação do ser humano durante o seu desenvolvimento (ENGELS, 1952).

A partir de sua obra e dos conceitos elaborados, Engels, em diálogo e contribuição constante com Marx, buscou compreender a origem do ser humano desde os primórdios, bem como a discussão de formação do indivíduo na sociedade atual. O autor almejou desvelar a sociedade burguesa e apresentar uma proposta de entendimento da realidade do ponto de vista epistemológico, metodológico e filosófico que influenciaram e continuam influenciando diversas áreas do conhecimento. Apoiados na sua produção teórica, buscamos nos debruçar na concepção de ser humano contida na obra de Engels (1979) denominada *A Dialética da Natureza* e na crítica à Feuerbach elaborada por Marx e Engels (1998, 2007) inserida na obra *A Ideologia Alemã*.

Hegel sintetiza três leis gerais para o entendimento da dialética que Engels (1979) toma como referência para refletir sobre a natureza. Para o autor, as leis da dialética servem como princípio explicativo não só para a história humana, mas, também para a história natural. Busca, portanto, fundamentar-se às discussões das Ciências Naturais da época e aproximar ao modelo explicativo do método dialético. Teríamos, portanto, três leis gerais, que explicam a realidade, quais sejam: (1) a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a lei da interpenetração dos contrários; (3) a lei da negação da negação (ENGELS, 1979). A partir destas leis é possível, de fato, desvelarmos o funcionamento da natureza, desde a interação química e orgânica dos elementos estudados pela Química, Física, Biologia, etc, até as sínteses vinculadas às Ciências Humanas.

Diante dessa leitura, Marx e Engels buscaram se debruçar sobre a necessidade de compreender as especificidades que distinguem o *ser humano* dos *animais*. Isto é, se a história social e a história natural têm as mesmas leis como referência de constituição, qual a diferenciação no indivíduo em relação à natureza? Engels (1979) caminha no sentido de encontrar elementos para elaborar essa resposta, apresentando que:

A existência normal dos animais é explicada pelas condições em que vivem e às quais se adaptam; as do homem, tão logo se diferencia do animal, no sentido restrito, até agora nunca estiveram presentes e só se elaboram por meio do ulterior desenvolvimento histórico. O homem é o único animal capaz de desbravar seu caminho a partir do estado simplesmente animal; seu estado normal é aquele que adapta a sua consciência, isto é, aquela que ele mesmo cria para si (p.149).

Como podemos identificar na síntese de Engels (1979), o ser humano tem uma estreita relação com a natureza. A partir da lógica dialética, em certa medida, o indivíduo faz parte da natureza. Por outro lado, contraditoriamente, a ação do ser humano sobre a natureza transforma completamente a natureza e, em consequência, a relação do indivíduo com ela. O ser humano encontra a sua verdadeira natureza quando modifica radicalmente as vinculações animais e produz, nesses termos, o desenvolvimento histórico. Ao invés de adaptar-se à natureza, adapta a natureza a si e ao coletivo. Na esteira desse entendimento, Marx e Engels (1998) nos chamam atenção para o entendimento de que “o animal ‘*não está em relação*’ com coisa alguma, não conhece, afinal, nenhuma relação” (MARX; ENGELS, 1998, p.25). Para o animal, diferentemente do ser humano, a relação com os outros animais não existe especificamente enquanto *uma*

relação. Contrariamente, o ser humano, a partir do seu meio sensível mais próximo, estabelece uma relação interdependente com os outros indivíduos. É dessa forma, portanto, que se constitui a *consciência*. Em outras palavras: “A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens” (MARX; ENGELS, 1998, p.25).

A proposta elaborada por Darwin e o evolucionismo também influenciaram diversas áreas do conhecimento e algumas proposições teóricas tomam a ideia evolucionista para a compreensão dos animais e do ser humano. Em diálogo com esta ideia, Engels (1979) apresenta divergências em relação à proposição de Darwin, mesmo reconhecendo a importância e o avanço conceitual que biólogo britânico acumulou para a história da humanidade. Segundo Engels (1979), o erro de Darwin reside na confusão de dois elementos fundamentais que compreende em um só, isto é, a *seleção natural* e a *sobrevivência do mais apto*. Para Engels (1979)⁷, a seleção é devida a superpopulação e que mesmo havendo uma prevalência da sobrevivência dos mais fortes, podem ser os mais fracos que sobrevivam em alguns sentidos. Além disso, a adaptação em certas circunstâncias, nem sempre é um avanço. Por vezes, a adaptação e a sobrevivência pode ser um retrocesso. Como exemplo, Engels (1979) cita a questão da vida parasitária. Como princípio explicativo, apresenta-se que “O principal é isto: que todo o progresso da evolução orgânica é, ao mesmo tempo, um retrocesso, desde que seja fixada uma evolução unilateral, excluindo a possibilidade de evolução em muitas outras direções. E esta é uma lei *fundamental*” (ENGELS, 1979, p. 181, grifos do autor).

Nessa divergência em relação à Darwin, o módulo explicativo do darwinismo buscava compreender não apenas as populações animais, mas, servir como referência teórica para a própria sociedade. Isto é, o homem como mais um animal. Sobre esse modo explicativo, trouxemos a citação de Engels (1979) que apresenta pontos centrais para o entendimento do ser humano:

Aceitemos, por um momento, o conceito da luta pela vida, apenas como argumento. O máximo que faz o animal é colher para consumir; ao passo que o homem produz, cria meios de subsistência no mais amplo sentido do termo, pois sem ele, a Natureza jamais produziria. Dessa maneira, torna-se impossível qualquer transferência imediata das leis relativas à vida das sociedades animais para as humanas. A produção faz com que a chamada luta pela existência já não gire ao redor dos meios de existência, mas ao redor dos meios de conforto e desenvolvimento. Nesse caso – no que diz respeito aos meios de desenvolvimento socialmente produzidos –, são inteiramente inaplicáveis as categorias do reino animal (ENGELS, 1979, p. 163-164, grifos do autor).

Podemos identificar a partir da citação acima que Engels (1979) defende e sustenta também a afirmação elaborada por Marx (1978) de que “O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior” (p. 120). As leis explicativas da vida dos animais, portanto, não é a mesma lei que explica a constituição do ser humano. Buscaremos, portanto, desvelarmos elementos que nos permita compreender os processos que constituem o ser humano em sua singularidade.

Um primeiro elemento que cabe refletirmos é sobre: como o ser humano constitui-se enquanto um indivíduo. Para esta resposta, Marx e Engels (1998) defendem que “os indivíduos criam-se *uns aos outros*” (p.35). Parece uma afirmação simplista, contudo, nessa discussão, reside a superação de diferentes ideários existentes sobre o ser humano. Se tomarmos essa defesa como referência, estamos dizendo que não há uma

natureza humana e que o ser humano só humaniza-se em contato, e, em especial, *em relação*, com outros indivíduos.

No processo de construção do ser humano em relação com os outros, podemos identificar a criação de um sistema social de relações, como a linguagem, a religião, a economia, etc. Somente esses elementos já distinguem a ideia aparente entre os animais e os homens. Nessa concepção de tornar-se humano, reconhece-se a transformação da natureza pela ação dos indivíduos no decorrer da história. A necessidade de produzir esses meios de existência, “os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11). A produção da existência não acontece de forma arbitrária, mas, determinada a partir da forma como os seres humanos organizam-se nesse processo. Esse entendimento de constituição do ser humano alterou consideravelmente as explicações teóricas e filosóficas até então. Foi possível, a partir da contribuição de Marx e Engels, identificar o processo de construção do mundo dos seres humanos. Desse modo, as sínteses “chegavam facilmente à conclusão de que esse processo é mais facilmente explicável admitindo-se um material formativo proveniente do mundo orgânico” (ENGELS, 1979, p.150).

Outro modo de apresentar a questão pode ser identificado abaixo:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 1998, p. 11, grifos dos autores).

Desse modo, a concepção de indivíduo não ocorre de forma isolada, apartada das demais condições de existência. Marx e Engels (1998) buscaram compreender a necessidade de olhar para o modo de produção da vida humana ao invés de apenas ao ser humano. Engels (1979) chama atenção à esse movimento da análise do universal, singular e particular. O processo de produção da cultura, das ideias, parte dos seres humanos ativos na *relação* com a natureza, relações essas condicionadas por forças produtivas que impõem um modo de como essas coisas acontecem (MARX; ENGELS, 1998). Uma famosa citação de *A Ideologia Alemã* visa apresentar esse ponto, tratando como exemplo o processo de entendimento da formação da consciência:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX; ENGELS, 1998, p.19).

A história dos homens torna-se modelo explicativo para compreender a própria sociedade. Essa história também não acontece de forma passiva, distanciada da produção material da vida, mas, vinculado ao desenvolvimento coletivo da sociedade. Marx e Engels (1998) sistematizam que a realidade não altera

somente as vinculações materiais, objetivas, mas, inclusive, seu pensamento e consciência. Desse modo: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos” (MARX; ENGELS, 1998, p.20).

Para possibilitar a existência humana, os indivíduos devem *viver*. Para viverem, precisam de acesso a determinadas questões inerentes a sua sobrevivência, como ter o que comer, beber, onde morar, etc. Nesses termos, o processo de transformação da natureza deve garantir o atendimento às necessidades, bem como garantir a (re)produção da vida. Nesse movimento, é necessário garantir a vida dos indivíduos. Outro elemento fundamental é que o movimento de produção material não se encerra com as necessidades iniciais, contudo, ao saná-las, surgem novas necessidades e este processo contínuo é o que garante o desenvolvimento da história humana (MARX; ENGELS, 1998). De acordo com Marx e Engels (1998):

Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos aparece portanto, a partir de agora, como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido em que se estende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, forma e objetivos (p. 23).

Esse fato revela um elemento citado sobre a necessidade de compreender o ser humano a partir das relações de interdependência. Na produção da vida material, as necessidades e a forma de produção são coletivas, portanto, as relações entre os seres humanos tem um traço fundamental no processo de constituição do próprio indivíduo. Afinal, “a consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade” (MARX; ENGELS, 1998, p.25). Somente no processo das relações é que é possível humanizarmos-nos. Somos seres humanos a partir da riqueza e da qualidade de nossas relações sociais reais (MARX; ENGELS, 1998, p.34).

Neste tópico, buscamos apresentar alguns elementos e princípios fundamentais que se relacionam à concepção de ser humano existente na obra de Engels (1979) e Engels e Marx (1998). A questão fundamental a que esse artigo se propõe é refletir sobre a contradição existente entre o processo de constituição do ser humano e modo de produção da vida sob a égide do capital. Nesse processo, há uma distinção entre os interesses particulares e os interesses coletivos. O que leva, nesses termos, o Estado a tomar decisões de forma desvinculada aos interesses coletivos? A divisão da sociedade capitalista em classes sociais exige que olhemos para o processo de formação do indivíduo também de forma fragmentada, contraditória. Nos itens subsequentes buscaremos compreender a ideia de constituição do homem em trabalhador, a partir da síntese de Engels (1984) em *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado* e posteriormente o entendimento do capitalismo enquanto uma fase no curso do desenvolvimento humano e as contribuições do sindicalismo para esse processo.

Do homem ao trabalhador, no processo de formação humana

De acordo com Engels (1984), admitindo a ideia de procedência do animal em homem, deve-se considera- a existência de um período transitório no processo de formação do ser humano, denominado pelo autor de estado selvagem na constituição da humanidade. Embora se não possa precisar e localizar a existência desses povos, provavelmente, esse período tenha durado milênios e exerce uma importância fundamental para a formação humana, isto porque, para o autor, “o principal progresso desse período é a formação da linguagem articulada” (ENGELS, 1984, p. 22). Esse estado selvagem é composto de três fases, no qual a partir da intervenção na natureza, complexificam-se as possibilidades humanas. Por exemplo, na fase média, considera-se o uso do fogo e a incorporação de peixes na alimentação do ser humano.

Esses eventos, de acordo com Engels (1984), devem ser vistos enquanto eventos interdependentes e complementares, só que só foi possível o alargamento da alimentação devido à manipulação do fogo. Esse processo ocasionou o povoamento de novos lugares, às margens dos rios, bem como a manipulação de elementos ligados ao fogo, como o uso das cinzas. Em uma fase superior, a partir da invenção do arco e flecha, torna-se possível as caças de forma mais promissora, tornando-se alimento regular provenientes dessa ação humana (ENGELS, 1984). Nas palavras do autor: “O arco e a flecha foram, para a época selvagem, o que a espada de ferro foi para a barbárie e a arma de fogo para a civilização: a arma decisiva” (ENGELS, 1984, p. 24).

A barbárie distingue o curso do desenvolvimento de povos dos diferentes hemisférios, pois as condições naturais interferem diretamente no decurso das possibilidades humanas. De modo geral, tem-se o traço característico dessa fase como a domesticação e criação dos animais e o cultivo de plantas. O cultivo de determinadas plantas passa a ser específico de determinados povos, a partir de sua localização geográfica. No momento da fase média, há o emprego da produção da natureza para a construção de casas, de madeira ou de tijolos. A fase superior inicia-se a partir da fundição do minério ferro e, posteriormente, a transição à fase da civilização dá-se a partir da invenção da escrita alfabética e dos registros intencionais das produções literárias (ENGELS, 1984).

Antes de mais nada, encontramos aqui, pela primeira vez, o arado de ferro puxado por animais, o que torna possível lavrar a terra em grande escala – a agricultura – e produz, dentro das condições então existentes, um aumento praticamente quase ilimitado dos meios de existência; em relação com isso, também observamos a derrubada dos bosques e a sua transformação em pastagens e terras cultiváveis, coisa impossível em grande escala sem a pá e o machado de ferro. Tudo isso acarretou um rápido aumento da população, que se instala, densamente, em pequenas áreas (ENGELS, 1984, p.27).

No momento da barbárie, as possibilidades de atividade no homem na realidade por meio do trabalho tornam-se consideravelmente mais complexas. É possível identificar algumas construções humanas que auxiliaram na manipulação e alteração da natureza, como a preparação do azeite e do vinho, o moinho à mão, o trabalho de manipulação com o ferro, construção de barcos, etc., Engels (1984) chama atenção da alteração do momento selvagem ao de barbárie, no qual temos o surgimento do Estado. Na barbárie “encontramos a terra já repartida e como propriedade privada, o que corresponde à produção e ao comércio de mercadorias” (ENGELS, 1984, p.121). Contudo, quando olhamos a esses dois momentos a partir da fase da civilização, vemos que estamos diante de uma transformação a essas formas de *relação*. Na civilização,

teremos a continuação do aprendizado da sociedade em elaborar produtos naturais, o período de desenvolvimento da indústria e da compreensão da arte na vida humana.

Um elemento fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento da humanidade que Marx e Engels (2008) nos chamam atenção, é: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (p.10). Engels (1984) incorpora essa ideia na compreensão sobre as fases que discute, apresentando que, durante a barbárie, os ramos de produção, como a criação dos animais e da agricultura, tornaram possível que a força de trabalho fosse capaz de produzir mais do que o necessário para sobrevivência imediata e também sucedânea. Desse modo:

Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados (ENGELS, 1984, p. 181).

Outro elemento fundamental para o curso do desenvolvimento humano nesse processo foi o domínio do ferro. Foi a partir do ferro que foi possível a agricultura em larga escala, bem como forneceu possibilidades aos artesões que não era possível em um momento anterior da história humana. A variedade de possibilidades e a busca pela *perfeição* na execução da produção exigiu um aumento do número de trabalhadores vinculados a esse ofício. Instaura-se, desse modo, a segunda grande divisão social do trabalho: o artesanato separado da agricultura (ENGELS, 1984).

Desse modo, “Ao dividir-se a produção nos dois ramos principais – a agricultura e ofícios manuais – surgiu a produção diretamente para a troca, a produção mercantil, e com ela o comércio, não só no interior e nas fronteiras da tribo como também por mar” (ENGELS, 1984, p.184). Essa nova divisão do trabalho significou uma nova divisão da sociedade em classes acarretada através da divisão, do saque e da proteção via muralhas de determinadas propriedades. Nesse momento da humanidade, temos o aumento da produção e da troca entre objetos fabricados e aquilo que Engels (1984) denomina de “elevação de troca entre produtores individuais à categoria de necessidade vital da sociedade” (p.186). A civilização consagra-se a partir da consolidação da ideia de divisão social do trabalho tidas até então, aumentando o contraste entre o campo e a cidade, produzindo uma nova divisão, sendo essa não vinculada exclusivamente à produção, mas pela troca de produtos produzidos: o surgimento dos *comerciantes* (ENGELS, 1984).

Os comerciantes eram uma classe que

sem tomar absolutamente parte na produção, conquista a direção geral da mesma e avassala economicamente os produtores; uma classe que se transforma no intermediário indispensável entre dois produtores, e os explora a ambos. Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e os riscos da troca de produtos, de encontrar uma saída para os produtos até nos mercados mais distantes, tornando-se possível assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais (ENGELS, 1984, p. 186).

No processo de constituição da fase de civilização, trata-se não apenas do ser humano, mas, do ser humano vinculado à condição de classe que está inserido. Os comerciantes tornam-se e constituem-se, na civilização, enquanto classe burguesa, por sua vez os artesões, produtores os produtores, tornam-se

proletários, que, ao vender a sua força de trabalho, o fazem em troca de um *salário*. O salário enquanto mercadoria de troca, passa a ser definidor das possibilidades de apropriação das demais mercadorias produzidas na realidade. Engels (1984) chama atenção que a publicação de *O Capital* de Marx explica o processo de desenvolvimento da civilização sob a égide do capital. No tópico seguinte, buscaremos nos debruçar sobre o entendimento de trabalhador no contexto do capitalismo, buscando trazer as reflexões de Marx na análise do capitalismo que contribuíram para a formulação de Engels em relação às saídas aos trabalhadores e a constituição do sindicalismo nesse processo.

O trabalhador assalariado e suas condições materiais na sociedade capitalista

Nesse tópico buscaremos identificar e abordar a existência do trabalhador assalariado e suas condições materiais, as quais encaminharam significativas manifestações de insatisfação. Inicialmente, portanto, é importante ressaltar que não se trata aqui de precisar uma data ou a origem do trabalho assalariado. O que se pretende é compreender o movimento que constituiu a existência do trabalho assalariado, bem como os descontentamentos e a organização de classe presente na história.

Explicar esse movimento em síntese implicou em recorrer *O Capital*, como sinalizado por Engels (1984), para brevemente identificar histórica e dialeticamente o processo de sistematização do trabalho assalariado. Marx (2013) explicou esse movimento a partir da mercadoria enquanto fenômeno elementar nas sociedades onde reinam o modo de produção capitalista. É destacado em suas análises a enorme coleção de mercadorias e a mercadoria individual como fatores centrais do sistema produtivo em questão. A partir desse elemento, é elucidado o processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, de modo que fica evidente o movimento de existência do trabalho assalariado.

Identifica-se que as metamorfoses cíclicas das mercadorias são representadas em um primeiro momento, pela sua imobilidade. Inicialmente, a mercadoria era apenas trocada por outra mercadoria equivalente. Todavia, com o surgimento do dinheiro (ouro) a mercadoria passa existir como medida de valor e como meio de circulação, seja por seu próprio corpo ou por seu representante o dinheiro. Nesse processo, a alternância constante entre compra e venda ganha centralidade no ininterrupto curso do dinheiro. Encontra-se nesse mecanismo de circulação a venda acompanhada da compra subsequente, a qual é suplementada e transformada em dinheiro (MARX, 2013).

Vive-se nesse processo de transformação da circulação da mercadoria em dinheiro uma situação de entesouramento, especialmente acerca dos povos de produção tradicional e orientado pela autossustentância. No entanto, no desenvolvimento da circulação da mercadoria, deixa de existir a aparição simultânea dos equivalentes mercadoria e dinheiro nos dois polos do processo de venda, surgindo o dinheiro, primeiramente, como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida e como forma de pagamento (MARX, 2013).

Tendo em conta a ampliação da circulação das mercadorias no mercado internacional, foi necessária a preocupação com o fundo de reserva. Desse modo, as alterações na circulação das mercadorias indicaram um movimento em que houve a conversão do dinheiro em mercadoria e a reconversão da

mercadoria em dinheiro, ou seja, a compra para vender. Em resumo, Marx (2013, p. 290) explicita todo o movimento da circulação de mercadoria e destaca:

A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital.

Nota-se que surge na citação acima um novo elemento, o capital. Ou seja, observa-se uma relação direta da circulação das mercadorias e o processo de surgimento do capital na ascensão da burguesia enquanto classe dominante. Sobre isso, Marx (2013, p. 289) cita que:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital.

É importante ressaltar que no processo de posse do capital pela classe burguesa ainda ascendente, a forma M-D-M⁸ ganha um novo movimento com a fórmula geral do capital que é D-M-D⁹. Esse processo típico do mercantilismo ao capitalismo será rapidamente implementado pelo desenvolvimento do capitalismo e o aperfeiçoamento do Capital como elemento fundante e estrutural do modo de produção capitalista¹⁰, marcando decisivamente o triunfo da burguesia sobre o *ancien régime*. Posteriormente, já com o capitalismo em fase de afirmação e consolidada, o mais-valor¹¹ como categoria fundante do processo de produção e reprodução do capital desvendada por Marx (2013), rapidamente será implementado e espalhado, iniciando um processo de dominação e autonomia do capital que será definitivo para a sociedade do valor de troca na atual forma de organização.

Assim, se inicialmente comprar para vender mais caro antes podia ser uma forma de acrescentar valor a mercadoria e atingir um excedente, já na forma de mais-valor sobre a mercadoria ganha centralidade no modo de produção capitalista a indispensável participação dos trabalhadores para incrementar valor à mercadoria do possuidor do capital para alcançar o objetivo principal do capitalista: o lucro.

A respeito do tipo de trabalho supracitado, o qual agrega valor a mercadoria do possuidor dos meios de produção, Marx (2013) destaca que:

Temos, agora, de analisar mais de perto essa mercadoria peculiar, a força de trabalho. Como todas as outras mercadorias, ela possui um valor. Como ele é determinado? O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico [...] Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor [...] Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser reposta. Esse gasto aumentado implica uma renda aumentada (p. 182).

Sabe-se, portanto, que no movimento do modo de produção capitalista foi constituído um tipo de trabalhador que, apesar de humano, é considerado uma mercadoria, assim como qualquer outra. Desse

modo, a força de trabalho dos sujeitos fica disposta a venda no mercado na perspectiva de acrescentar valor a mercadoria do possuidor da propriedade privada e dos meios de produção. Esse trabalho realizado possui um valor que é representado de forma monetária pelo salário.

No entanto, Marx (2013) explica que o salário que o trabalhador venha receber não pode exceder os valores das mercadorias por ele produzidas, mas podem ser inferiores em todos os graus imagináveis. A sua representatividade está contida na soma dos valores dos artigos de primeira necessidade suficientes para a subsistência do trabalhador e sua família.

Além disso, o operário vende sua força de trabalho ao capitalista por um tempo determinado, característica que o diferencia do tipo de trabalho escravo que é comprado por toda uma vida. Tanto que desde os primórdios da sociedade moderna foram regulamentadas leis em que fixavam o máximo de tempo que uma pessoa poderia vender sua força de trabalho (MARX, 2013).

Foi, portanto, nesse movimento de dominação da classe burguesa mediante a posse da propriedade privada e dos meios de produção e da prospecção em aumentar o seu excedente e o seu capital que o trabalhador assalariado ganha centralidade na história. Aqui não nos aprofundaremos teoricamente sobre as questões da exploração do trabalho e sua alienação, mas pretende-se situar e compreender as condições materiais desse tipo de trabalhador e o que motivou a sua organização de classe.

Em posse dessa discussão geral sobre o entendimento do trabalhador, recorreremos a algumas questões levantadas por Engels no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* no qual mostra uma sistematização sobre trabalhadores a partir de documentos e de observação na década de 1840 na Inglaterra, local em que a sociedade moderna sofreu maior desenvolvimento em sua fase inicial. É importante ressaltar que, apesar de Engels ter sido oriundo de uma família de ricos proprietários de algodão de Barmen, na Renânia, à época, sofreu significativa influência dos jovens intelectuais progressistas alemães (ENGELS, 1975). Diante disso, esta última situação destacada contribuiu para o surgimento de inquietações acerca das más condições da vida dos trabalhadores assalariados, as quais encaminharam a investigação referente à situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

Destaca-se que os problemas levantados por Engels em seu processo de inquirição revelam-se de extrema relevância para o presente estudo. As questões centrais interpeladas pelo jovem se fundamentaram em indagar “Que classe operária é esta que nasce do capitalismo? Quais são as suas condições de vida e quais são as atitudes individuais ou coletivas que tem raízes nas suas condições materiais?” (ENGELS, 1975, p. 12). Tais questionamentos subsidiaram seu estudo, cujo resultado possui significativas discussões para entendermos o movimento dos trabalhadores na história e, portanto, podem explicar situações presentes na sociedade capitalista atualmente.

Cabe explicitar que o movimento industrial na Inglaterra se apresentou em meados da metade do séc. XVIII e Engels (1975) escreve o livro supracitado na década de 1840. Sendo assim, é importante considerar que suas observações e discussões fizeram parte de um momento em que as relações provenientes da produção capitalista, inclusive o trabalho assalariado, estavam em movimento latente.

Para explicar as condições materiais do trabalhador assalariado na Inglaterra, Engels (1975) explicita, a priori, que anteriormente ao crescimento da urbanização representada pela industrialização, o

tipo de trabalho e de trabalhador predominante na Inglaterra, no caso, eram os tecelões. Esses trabalhadores viviam, na maioria dos casos, no campo, próximo das cidades. Vivia-se nesse sistema uma condição material geral suportável, além de levarem uma vida mais tranquila que a de seus sucessores. Sobre essa situação, salienta-se que:

Não tinham necessidade de se matarem a trabalhar, não faziam mais do que lhe apetecia e, no entanto, ganhavam para as suas necessidades e tinham tempos livres para um trabalho no jardim ou no campo, trabalho que era para eles uma forma de descanso, e podiam por outro lado, participar nas distrações e jogos dos seus vizinhos; e todos estes jogos contribuía para a manutenção da sua saúde e para seu desenvolvimento físico (ENGELS, 1975, p. 32-33).

Observa-se pela descrição que os sujeitos, em sua maioria, não viviam em condições materiais fartas, no entanto, subsistiam sem grandes instabilidades, até porque, segundo Engels (1975), o mercado interno era crescente, não existia um progresso abrupto da população, e a concorrência entre os trabalhadores era ínfima haja vista a dispersão do habitat rural. Tal situação permitia que os trabalhadores como um todo se ocupassem.

A ocorrência de ascensão das máquinas advinda da Revolução Industrial no final do séc. XVIII e início do séc. XIX afetou a condição apresentada anteriormente, no entanto é relevante mencionar que não se tratou de uma transformação social de decisão conspiratória, tão pouco de mudanças em um curto período. As alterações sucedidas desse processo fizeram parte de um seguimento que atingiu os trabalhadores do campo de forma gradativa.

Mesmo com o processo de urbanização, o mercado dos tecelões continuava acontecendo. No entanto, para encaminhar os materiais à cidade esses trabalhadores entregavam o fio e o tecido a encarregados itinerantes. Com a chegada das máquinas os trabalhadores do campo perderam a posse dos seus instrumentos de trabalho e, em alguns casos, o próprio trabalho, tendo em conta a substituição pela maquinaria que realizava a produção de forma mais rápida e com menor custo (ENGELS, 1975).

O aprofundamento da substituição do homem por máquinas e a necessidade de especialização dos trabalhadores vindouros aliaram-se a novas formas de produção de mercadorias e a exploração do homem pelo homem. Assim, a representação da mudança nas relações de produção com o impacto da Revolução Industrial é destacada por Engels (1975, p. 34-35)

A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses de então foi a Jenny¹², inventada em 1764 por um tecelão, James Hargreaves, de Standhill [...] Esta máquina foi o antepassado rudimentar de Mule, que devia suceder-lhe mais tarde, funcionava a mão, mas invés de uma agulha – como na roda vulgar do fiar a mão – possuía dezesseis ou dezoito, movidas por um só trabalhador. Foi assim que foi possível fornecer mais fio que anteriormente; enquanto antigamente um tecelão, que ocupava constantemente três fiandeiras, não tinha nunca fio suficiente [...] agora havia mais fio do que o que os trabalhadores existentes podiam tecer.

Esse avanço da maquinaria fez iniciar um novo tipo de trabalho e de trabalhador, bem como um novo ambiente e divisão do trabalho. Além disso, a forma de subsistência das famílias também foi alterada. O importante é compreender que os trabalhadores não tiveram opções para mudar as condições materiais que se sucediam. A burguesia, nova classe dominante da sociedade moderna, vislumbrava avanços econômicos, desse modo, percebia nas máquinas a possibilidade de progresso da sociedade.

A situação acima mencionada provocou no campo da produção a redução das despesas e inicialmente a necessidade de trabalhadores para desenvolverem o trabalho na máquina de tear. Diante desse novo cenário, duas questões são importantes de explicitar: a primeira é que as pessoas não trabalhariam mais em sua propriedade e os meios de produção também não seriam mais seus; segundo é que como houve a necessidade de mais tecelões e o salário desses trabalhadores aumentou (ENGELS, 1975).

A segunda questão mencionada acima é ilustrada em uma passagem de Engels (1975) quando explicita que naquela época “uma família de 4 adultos e 2 crianças, no trabalho de bobina, chegava a ganhar em 48 horas de trabalho 4 libras esterlinas por semana [...] frequentemente acontecia de um único tecelão ganhar em seu ofício 2 libras por semana” (p. 35).

Diante da condição salarial apresentada pelos proprietários das maquinarias, gradativamente os tecelões agrícolas passaram a migrar para as áreas urbanas (ENGELS, 1975). Os trabalhadores do campo buscavam melhores condições de vida na cidade industrial urbanizada, haja vista que suas condições no campo não eram generosas. Com isso, às 2 libras a mais para sustentar sua família no meio urbano lhes davam esperança e a maioria dos trabalhadores deixava seus meios de produção e sua propriedade do campo.

Essa perspectiva de melhora da condição de vida provocou a migração de muitos trabalhadores do campo para a cidade. Esse movimento gerou uma expressão característica da sociedade burguesa que foi a guerra de todos contra todos, denominada concorrência. A luta pela vida, pela existência e por tudo determinou uma situação de luta não apenas entre as classes, mas também entre os diferentes membros dessas classes. Os trabalhadores passam a fazer concorrência entre si tal como os burgueses (ENGELS, 1975).

A concorrência e o contínuo crescimento dos trabalhadores nas grandes cidades e o aumento do desemprego, por conseguintes, contribuíram para a baixa nos salários e a redução do tempo de trabalho. Aumentou-se o imposto para os pobres, surgiu uma inerente crise do modo de produção capitalista e a grande massa da população apareceu sob assustadoras estatísticas vinculadas ao aumento da fome e da miséria. Tal situação fez surgir a lei dos pobres, mas que apenas ajudaram os sujeitos em condições subumanas a vegetar penosamente (ENGELS, 1975).

Percebe-se que, de fato, a concorrência surge como uma ferramenta favorável à dominação da classe burguesa, seja por auxiliar em seu processo de enriquecimento por meio da possibilidade de queda do salário, seja por provocar a luta interna da classe trabalhadora.

No entanto, a história mostra que o movimento da sociedade em seus diversos aspectos não é linear e unilateral. Com base nisso, Engels (1975) indica que na medida em que os trabalhadores passaram a viver um processo de precarização, especialmente com a redução dos salários, houve também a supressão da concorrência entre si e por conseguinte, fazendo surgir um impulsionamento da organização da classe trabalhadora mediante a aderência as associações. De forma direta cita que “só há um limite para esta concorrência dos trabalhadores entre si: nenhum deles aceitará trabalhar por um salário inferior ao que exige a sua própria existência” (p. 115).

Nota-se no concreto apresentado anteriormente, a negatividade capaz de transformar as oposições, assim como Marx (2013) explicita quando discute as categorias contradição, dialética e luta de

classes no processo histórico da sociedade capitalista. Suas análises explicam que as lutas de classe são estabelecidas em um movimento de contrários em que um dos termos pode vivenciar condições materiais suficientes para sobrepujar o outro. No entanto, esse processo não é finito e a busca em superar a oposição está sempre latente no concreto movimento da história.

Essa elucidação supracitada ajuda a compreender que, na mesma medida em que a sociedade capitalista ascendia e apresentava mecanismos favoráveis à sua dominação, havia também uma reação por outro lado que impulsionava a classe, em oposição, a buscar superar as condições materiais estabelecidas. As manifestações contrárias a ordem que se constituía não se apresentaram de maneira uniforme e é sobre isso que abordaremos no próximo tópico: as contestações levantadas diante das insatisfações da classe trabalhadora.

O movimento de organização da classe trabalhadora na sociedade capitalista

O modo de produção capitalista instaura uma nova organização para a vida em sociedade e para o próprio sujeito localizado no contexto das relações de produção. Ao olharmos para o processo do trabalho, Engels (2010) nos apresenta uma possibilidade de identificar o desenvolvimento social atual, da modernidade, a partir da análise da condição social e da situação da classe trabalhadora nas relações de trabalho e na divisão de classes. Segundo o autor, desse ponto de vista, é possível reconhecer a materialização da miséria social a qual os trabalhadores estão submetidos a partir da lógica do capital.

No tópico em tela, portanto, propomos apresentar as contradições da formação humana no capitalismo tendo a organização da classe trabalhadora, isto é, o sindicalismo, enquanto um espaço de formação e resistência possível para a afirmação da humanidade à luz da concepção de homem de Engels (2010, 1881) e Marx (2013).

Para olhar à classe trabalhadora e ao proletariado, Engels (2010) volta sua análise aos trabalhadores da Inglaterra, em diferentes setores, como o ramo industrial, agrícola e de minérios. Segundo o autor, naquele momento, no ano de 1845, a Inglaterra possuía um nível de desenvolvimento industrial mais complexo do que outros países da Europa, e, nesse sentido, “Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações” (ENGELS, 2010, p.45). Algumas reflexões, portanto, tornam-se possível de serem generalizadas para a condição do trabalhador no modo de produção capitalista, bem como é possível fazermos algumas aproximações com o momento atual de desenvolvimento do capitalismo, resguardando as especificidades do século XXI e XX.

Ao olharmos para a gênese do proletariado, como discutido por Engels (1984), o desenvolvimento da civilização inaugura uma nova divisão social do trabalho, bem como uma nova divisão de classes na sociedade. É a partir da introdução das máquinas e pela expansão das indústrias, que se forja a compreensão do proletário – do trabalhador – no curso do capitalismo. Esse fator gerou uma densa emigração dos povos de regiões agrícolas para as cidades, já que a massificação da produção a partir do maquinário exigia uma demanda maior de força de trabalho. Desse modo, houve um crescimento na população das cidades, basicamente localizadas na classe dos proletários (ENGELS, 2010).

Esse processo não aconteceu de forma *passiva e harmoniosa*, já que faltava o meio de produção aos pequenos artesãos, impedindo, por exemplo, que houvesse uma concorrência entre eles com os grandes estabelecimentos industriais. Dessa forma, o artesão também ocupou as fileiras dos proletariados e “Ao mesmo tempo, com a supressão do antigo artesanato e com o aniquilamento da pequena burguesia, desapareceu para o operário qualquer possibilidade de tornar-se burguês” (ENGELS, 2010, p.60). Nesse sentido, aos proletários restava a possibilidade de vender a sua força de trabalho em troca de condições mínimas para a sobrevivência. Engels (2010) lança mão de uma primeira reflexão.

A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força e exigem cada vez mais energicamente a participação nas vantagens que proporcionam às instituições sociais? (p.60).

Essa reflexão pode ser tomada enquanto uma problematização inerente ao processo de formação humana na sociedade capitalista, da Inglaterra e do mundo atualmente, no qual a classe trabalhadora produz as riquezas e as possibilidades constituídas ao longo do tempo. Por outro lado, a classe que produz não é a mesma que se apropria de sua própria produção. Na constituição da *alienação*, há uma desvinculação entre produtor e produto, ao ponto de que o primeiro não identifique, no produto final, a síntese do seu trabalho. Ao passo que, nesse processo, é possível que haja a naturalização das condições sociais desiguais na qual a humanidade se localiza. Engels (2010) apresenta que é essa a fonte de enriquecimento da burguesia: a própria miséria dos operários. Por outro lado, no ideário das aparências, não há uma responsabilização moral escancarada da classe burguesa sobre essa miséria, ocasionando que, nesse processo, “o homem, o operário, não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob o nome de salário, por sua utilização” (ENGELS, 2010, p.64).

Considerando o movimento dos contrários no desenvolvimento da sociedade capitalista no século XIX e, por consequência, as reações da classe trabalhadora diante da precarização das suas condições de vida nas grandes cidades, bem como a impossibilidade de pensar, sentir e viver humanamente, houve a necessidade dos operários, na época, de buscarem saídas na constituição de uma existência mais humana. É importante ressaltar que a burguesia também mostrou defender seus interesses com todas as forças, inclusive, com total poder da propriedade privada e o Estado para assegurar seu domínio. No entanto, nessa luta travada entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, a burguesia buscou de forma hipócrita levar essa guerra sob aparências de paz e de filantropia para o operário (ENGELS, 1975). Na tentativa desse processo estar velado aos trabalhadores, “a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma” (ENGELS, 2010, p.69).

Sobre a enganosa condição de humanização no capitalismo, Engels (2010) chama atenção para o seguinte processo:

Morrem de fome, é certo, indivíduos isolados, mas que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas

virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-la amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lançá-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã (ENGELS, 2010, p.69-70).

No sentido das inseguranças a que os proletários vivem cotidianamente as suas vidas, Engels (2010) reflete quais as possibilidades de resistência e de organização da classe trabalhadora. Segundo o autor, o operário precisa afirmar e lutar por sua própria qualidade *humana* nesse processo. Precisamente, lutar para uma vida mais digna, mais nobre e que garanta acesso a condições mais humanizadoras de existir. Isso não se refere apenas às questões materiais, objetivas, mas, também o acesso às produções subjetivas e a apropriação da cultura (ENGELS, 2010).

os operários ingleses não podem estar felizes nas condições em que vivem; haverá de conceder que sua situação não é aquela em que um homem – ou uma classe inteira de homens – possa pensar, sentir e viver humanamente. Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários. Mas a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado (ENGELS, 2010, p.247).

Na condição de conhecer o “inimigo” da classe trabalhadora, algumas propostas de resistência se fizeram presente para demonstrar o descontentamento do proletário em razão da atual condição de existência. A título de exemplificar esse processo, Engels (1975) relatada algumas manifestações reivindicativas existentes por parte do movimento operário, no qual explica que as revoltas contra as condições materiais estabelecidas começaram logo após o início do desenvolvimento da indústria e se manifestaram de diversas maneiras. Para ele, a forma mais brutal delas foi expressa por meio do crime. “A necessidade venceu o respeito inato pela propriedade” (ENGELS, 1975, p. 269) e o roubo e outros delitos se intensificaram com a expansão da indústria. No entanto, essa forma de se opor e se rebelar contra a fome e a miséria que se instalava nunca obteve eficácia e relevante aceitação social e se considera a maneira menos evoluída de protesto.

Outra demonstração de oposição contra a burguesia ocorreu, também no início do desenvolvimento industrial, quando os operários resistiram violentamente contra a inserção das máquinas. Houve perseguição dos primeiros inventores das máquinas e isoladamente ocorreram significativas revoltas a partir da demolição das oficinas e destruição das máquinas. Contudo, essas medidas não foram suficientes para impedir a força da maquinaria no avanço da indústria (ENGELS, 1975).

Diante da dificuldade em reverter à situação estrutural, outras formas de organização da classe trabalhadora foram necessárias para que a burguesia com seu domínio não tivessem condições amplamente favoráveis para provocar situações desumanas aos trabalhadores que produziam suas riquezas. Com o direito à livre associação deliberada em 1824 pelo antigo parlamento conservador, as associações se constituíram como uma sistematização importante para as organizações reivindicativas. Até porque esse

tipo de arranjo acontecia anteriormente, mas de modo ilícito. A exemplo cita-se a greve geral em 1818 na Escócia, que foi oriunda da força de uma associação secreta. No entanto, a clandestinidade dessas associações paralisava o seu desenvolvimento e a partir da sua licitude se expandiram por toda Inglaterra (ENGELS, 1975).

Frente às possibilidades de resistência do movimento da classe trabalhadora e com as reivindicações, tem-se uma compreensão da ineficácia dos movimentos grevistas em relação à alteração de mudanças estruturais, mas, apenas pontuais. Sobre tal questão, Engels (2010) reflete sobre o porquê os trabalhadores entrarem em greve. De acordo com o autor, o protesto marca um posicionamento contrário ao modelo da sociedade capitalista, fomentando a compreensão de que o ser humano não deve adaptar-se às condições que lhe foram impostas. Assim

[...] sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. Os operários protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos (ENGELS, 2010, p. 253).

Nessa condição de manter-se vinculada à sua humanidade, defendemos que os espaços de organização da classe trabalhadora e o sindicalismo visam contribuir também para o processo de formação humana, na medida em que busque forjar a compreensão histórica e social das condições em que os trabalhadores estão submetidos no capitalismo. Dessa forma, inúmeras associações foram se constituindo em diversos ramos da indústria e em várias regiões. Essas uniões tinham como princípio proteger o operário isolado contra a tirania e a injúria da burguesia. Em relação aos objetivos centrais das associações Engels (1975, p. 270-271) destaca que:

Os seus fins eram fixar o salário [...], regulamentar os salários em função do lucro do patrão, aumentá-lo na altura propícia e mantê-lo ao nível para cada ramo de trabalho. Foi por isso que estas uniões começaram a negociar com os capitalistas a instituição de uma escala de salários que seria cumprida em toda parte, e a recusar trabalhar para um patrão que não aceitasse esta escala. Além disso, os seus objetivos eram manter sempre ativa a procura de trabalhadores, limitando o contrato de aprendizes, o que impedia a redução dos salários; lutar tanto quanto possível contra as ardilosas reduções de salários que os industriais tentavam com a estratégia da introdução de novas máquinas ou de novas ferramentas e, finalmente ajudar financeiramente os operários desempregados.

Engels (2010) não identificava utopicamente nas associações e nas greves uma condição de transformação. Para o autor, as organizações operárias tinham a função de levar os trabalhadores a compreenderem a burguesia enquanto essa estrutura de poder, revelando a necessidade de oposição dos operários frente à esta “onipotência social e política” (p.253) da burguesia. Para o autor, é necessário que os trabalhadores identifiquem a gênese do desemprego, dos baixos salários, da alta jornada de trabalhos para que “se afirmarem como homens na determinação do valor efetivo do trabalho, quando demonstrarem que, além de força de trabalho, eles dispõem também de vontade, então toda a economia política moderna e as leis que regem o salário haverão de desaparecer” (ENGELS, 2010, p. 253).

As associações passaram, portanto, a ter um papel fundamental no processo de luta e reivindicações da classe trabalhadora. Observa-se que essas organizações também possuíam uma representatividade sobre a proteção e assistência do trabalhador em condições humanas desfavoráveis

(ENGELS, 1979). Apesar disso, é importante salientar que esse movimento não ocorria de forma linear e essa força não representava a ascensão do domínio dos trabalhadores, tão pouco que viviam seguidas situações de conquistas.

Engels (1975) reforça, contrariamente, é que a história dessas associações foi marcada por uma série de derrotas operárias com interrupções esporádicas de vitórias dos trabalhadores. É fato que as organizações em massa não tinham condições de estabelecer grandes mudanças nas condições de vida do trabalhador, nem de alterar as leis que regiam a economia. No entanto, sobre as causas menores considera-se que tinham importante influência e significância. Engels (1881) nos apresenta a condição de lutar, por exemplo, por uma jornada de trabalho e por uma remuneração adequada, refletindo sobre a duração e a intensidade e o conseqüente aumento das exigências produtivas sob o trabalhador, apresentando que, na história do capitalismo, o operário oferece o seu máximo ao dono do meio de produção – o burguês – e, mesmo assim, em troca, o burguês dá apenas o *mínimo*. Então, manifesta a importância de uma luta organizada nos espaços da classe trabalhadora.

Sobre a relevância das associações para os trabalhadores Engels (1975, p. 273) explicita que:

Se o industrial não contasse com uma oposição concentrada e maciça, da parte dos seus operários, baixaria gradualmente, cada vez mais os salários para aumentar seu lucro; a luta que tem que manter contra seus concorrentes, os outros industriais, obrigá-lo-ia a isso e em breve o salário atingiria o seu nível mínimo [...] Qualquer industrial sabe bem que em uma redução de salários não justificada pelas circunstâncias a que também estão submetidos os seus concorrentes, teria como conseqüência uma greve que lhe traria um prejuízo certo, porque durante essa greve o seu capital estaria inativo [...] Além disso, frequentemente, depois de uma crise, as associações impõem, de fato, um aumento de salários muito mais rapidamente do que teria lugar sem a sua intervenção.

Dessa forma, nota-se que, a existência das associações no processo do movimento da sociedade capitalista, em que o possuidor dos meios de produção e o trabalhador passam a ter relação direta, inclusive sobre a dominação de classe, foi de extrema relevância para a classe trabalhadora, que passa a possuir uma ferramenta a seu favor, mesmo que suas conquistas sejam atingidas com muitas dificuldades e por vezes com retrocessos. Sobre a questão acima dialogada, Engels (1975) vai salientar que a força das associações foi imprescindível para os trabalhadores, pois seus salários passaram a não depender apenas da concorrência entre os industriais, mas também das exigências dos próprios operários, principalmente quando existe a melhora do mercado.

Além da importância das associações para a classe trabalhadora em seu processo de conquistas de causas menores ou para não perderem seus direitos, ressalta-se que tanto sua existência e legalização quanto à organização de greves foram significativas para tentativas da extinção da concorrência entre os operários, pois partiam do princípio de que o domínio da burguesia se consolidava por meio da concorrência dos operários entre si e pela divisão dos trabalhadores (ENGELS, 1975).

Desse modo, olhando para a história da humanidade, podemos buscar desvelar as contradições colocadas e fazer o exercício de observar para a realidade e identificar o processo relatado por Engels (1975, 2010). A exploração da burguesia gera uma compreensão do trabalhador enquanto uma simples mercadoria, que, alienado na sua condição de sujeito, encontra-se em uma falsa concorrência com outros trabalhadores

de sua própria classe. Esse processo é, portanto, intencional, já que desloca a responsabilidade social e moral da burguesia para indivíduos também explorados. O confronto produzido por pautas específicas e a luta pela manutenção de direitos sociais devem caminhar no processo desse esclarecimento.

O lugar social do trabalhador na sociedade é extremamente frágil na correlação de forças com a burguesia. Engels (2010) traz um exemplo bastante atual sobre a questão da polarização entre segurança e pobreza, trazendo o exemplo da polícia que, à serviço do Estado:

O burguês pode fazer o que quiser: diante dele, o policial é sempre cortês e atém-se estritamente à lei; o proletário, em compensação, é tratado com violência e brutalidade, sua pobreza atrai sobre ele a suspeição acerca de todos os delitos imagináveis e, ao mesmo tempo, torna-lhe inacessíveis os recursos legais contra o arbítrio dos que detêm o poder. Para o proletário não existem as garantias protetoras da lei; a polícia entra em sua casa sem nenhum mandado, prende-o e maltrata-o (ENGELS, 2010, p. 313).

Atualmente temos sido expostos às diferentes estatísticas no Brasil e no mundo sobre o encarceramento de trabalhadores, em especial, negros, bem como consequentes execuções, sem que haja recursos legais para garantir a dignidade ao trabalhador. O esclarecimento necessário apresenta-se na seguinte afirmação: “os proletários têm claro que são, com suas mãos operosas, homens necessários e que, na realidade, os verdadeiramente supérfluos são os ricos senhores capitalistas, que nada produzem” (ENGELS, 2010, p. 316).

Podemos observar, portanto, que no decurso do desenvolvimento da humanidade, o trabalhador esteve uma condição desumanizadora de sua produção. Com o avanço da *civilização* e a complexificação de suas relações internas, ao trabalhador restou-lhe sua força de trabalho e a necessidade da luta orgânica para melhores condições de trabalho. Não há como desvincularmos o processo de formação do homem em trabalhador, bem como, dos aspectos inerentes ao capitalismo que são reproduzidos desde a mais tenra idade. A formação do ser humano trabalhador busca encontrar espaços para vislumbrar outras possibilidades de formação, de sociedade e de relação com a natureza e com os demais indivíduos.

Considerações

A chave para a compreensão sobre a formação humana, via o marxismo, pode ser encontrado na obra de Friedrich Engels, sendo necessário o avanço coletivo de estudo da obra e de suas produções. A educação é apenas um aspecto a qual a formação humana perpassa.

No presente artigo buscamos compreender o processo de formação humana de forma ampliada, vendo, inclusive, na organização de classe através do sindicalismo enquanto uma tarefa histórica necessária para *formarmos uns aos outros*, bem como contribuir para um processo coletivo de desvelamento das aparências dos fenômenos.

Sabemos que, embora a educação e o sindicalismo sejam importantes vias de formação humana, há outros espaços, inclusive o cotidiano do trabalho nas fábricas, indústrias ou empresas, que auxiliam, de forma dura e crua, no processo de desumanização do homem. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, esse mesmo cotidiano pode promover mecanismos de formação humana, como o pertencimento e a solidariedade de classe. Assim sendo, recomendamos fortemente a retomada e aprofundamento da obra de

Engels para desvelar o processo de desumanização do homem, mas também para conhecer e conceber elementos e caminhos à formação humana.

Referências

- ALMEIDA, R. de. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v38, n01, p. 185-213, JAN.–ABR, 2019. Disponível em <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5615> Acesso em 15 de maio de 2020. DOI: 10.25091/S01013300201900010010
- DUAYER, M. **Apresentação**. In: MARX, K. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a, p. 11-24.
- ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.
- ENGELS, F. **Um Salário Justo Para Uma Jornada de Trabalho Justa**. Editorial no nº 1 do citado diário de 7 de Maio de 1881. Disponível em: The Marxists Internet Archive. Acessado em: 29 de setembro de 2020.
- FISCHER, M; FRANZOI, N. Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 29, 35-51, 2009.
- LOMBARDI, J. **Educação e Ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Alínea, 2011.
- MANACORDA, M. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Alínea, 2007.
- MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaios, 1990.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I. O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOGILKA, M. Autonomia e formação humana em situações pedagógicas: um difícil percurso. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.25 no.2, p. 57-68, 1999.
- NETO, L. V. P. **Jair Bolsonaro e a busca pelo conflito permanente Análise Crítica do Discurso das publicações no Twitter de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018**. 2019. 130p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/19038>.
- SANAHUJA, J. A. Crisis de la globalización, el regionalismo y el orden liberal: el ascenso mundial del nacionalismo y la extrema derecha. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. v. 28 (1), Montevideo, pp. 59-94. Jul. 2019. Disponível em http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2019000100059.

SANTOS, F.; COMAR, S. As Contribuições do Pensamento de Marx, Engels e Gramsci para a Formação Humana no Contexto do Modo de Produção Capitalista. **Criar Educação**, v. 2, n. 1 (2013), p. 1-13. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/criaredu/index> Acesso em 05 de setembro de 2020.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010, p. 422-433. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02.pdf> Acesso em 01 de setembro de 2020.

SEVERINO, A. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.32 no.3, p. 619-634, Sept./Dec. 2006.

TONET, I. Educação e formação humana. **Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Foz do Iguaçu, v. 8 nº 9 p. 9-21, 2006.

TOZONI-REIS, M.; CAMPOS, L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, Curitiba, edição Especial n. 3, p. 145-162, 2014.

Notas

¹ Mestre em Educação Escolar pela UNESP, professora do Colégio de Aplicação do João XXIII/UFJF e doutorado em andamento em Educação pela UNESP, Campus de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho; Currículo Lattes – CV: <http://lattes.cnpq.br/6877528396959109> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5002-2254> E-mail: jezanela@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutorado em andamento em Educação pela UFMS. Professora do município e do estado de Campo Grande/MS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho e do grupo Sociedade História e Educação – GEPSE/HISTEDBR-MS. Link: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6566619454113551](http://lattes.cnpq.br/8888178776095875); Currículo Lattes – CV: <http://lattes.cnpq.br/8888178776095875> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8305-5717> E-MAIL: carol.maciels85@hotmail.com

³ Professor Livre Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Grupo de Pesquisa Cultura Corporal: Saberes e Fazeres. [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6944255061337917](http://lattes.cnpq.br/7758444123838079) Currículo Lattes – CV: <http://lattes.cnpq.br/7758444123838079> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5519-2618> e-mail: milton.lima@unesp.br

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo Sociedade História e Educação - GEPSE/HISTEDBR-MS: Link: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6566619454113551](http://lattes.cnpq.br/7880962737584697) Currículo Lattes – CV: <http://lattes.cnpq.br/7880962737584697> ID Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3075-9336> E-mail: carol.maciels85@hotmail.com

⁵ Pós doutora em Políticas públicas e Formação humana pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ); Docente do Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS) e Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho; Currículo Lattes – CV: <http://lattes.cnpq.br/3518871176292224> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2316-1555> E-mail: angelaestagio@yahoo.com.br

⁶ Pós doutor em Políticas públicas e Formação humana pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ); Docente do Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS) e Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho; Currículo Lattes – CV: <http://lattes.cnpq.br/3518871176292224> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2378-3936> E-mail: andremalina@yahoo.com.br

⁷ Para detalhes, sugerimos aos leitores a obra *A Dialética da Natureza*, em que Engels faz essa discussão nas páginas 180-181.

⁸ Mercadoria - Dinheiro – Mercadoria com acréscimo.

⁹ Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro com acréscimo.

¹⁰ O capital vai deter os meios de produção e, além disso, comprar a força de trabalho que é o elemento especialíssimo que agrega e impulsiona a sucessiva transformação da natureza e, por conseguinte, da natureza historicamente transformada, em um processo exponencial de desenvolvimento das forças produtivas.

¹¹ Expressão defendida, sem ser consensual, entre outros, por Duayer, como tradução mais adequada que mais-valia.

¹² Nome da primeira máquina de fiar algodão que foi aperfeiçoada de 1769 a 1771 (ENGELS, 1975, p. 34).

Recebido em: 30.09.2020

Aprovado em: 24.11.2020